

Resiliência Urbana: considerações acerca da área central de Chapecó-SC

Urban resilience: considerations about the central area of Chapecó-SC

Resiliencia urbana: consideraciones acerca de la zona central de Chapecó-SC

MOTTER, Crislaine; Mestranda em Geografia; Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
crislaine.m@gmail.com

ALVES, Lidiane Aparecida; Doutoranda em Geografia. PhD; Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
lidianeaa@yahoo.com.br

Resumo

O artigo aborda a dinâmica intraurbana e as transformações empreendidas na área central de Chapecó-SC sob o viés da resiliência urbana. A partir de uma breve revisão de literatura discute-se sobre o conceito de resiliência, desde sua concepção até sua recentemente popularização no meio político, discursos acadêmicos e na mídia. Trata-se de um esforço de contextualizar a reprodução do espaço urbano e a atuação dos agentes produtores do espaço na área central da cidade. Ratifica-se a importância de políticas públicas que assegurem a resiliência urbana, a qual em última instância é imprescindível à sustentabilidade e à qualidade de vida.

Palavras-chave: Resiliência. Área Central. Chapecó-SC.

Urban resilience: considerations about the central area of Chapecó-SC

Abstract

This article is about the intra-urban dynamics and transformations carried out in the central area of Chapecó-SC under the bias of urban resilience. From a brief review of the literature talks about the concept of resilience, from its conception to its recent popularization in the political, academic discourse and in the media. This is an effort to contextualize the reproduction of urban space and the action of agents developing space in the central area of the city. Reaffirms the importance of public policies to ensure urban resilience, which ultimately is essential to sustainability and quality of life.

Keywords: Resilience. Central area. Chapecó-SC.

Resiliencia urbana: consideraciones acerca de la zona central de Chapecó-SC

Resumen

El artículo aborda la dinámica intra-urbanas y transformaciones llevadas a cabo en la zona central de Chapecó-SC bajo el sesgo de la resiliencia urbana. A partir de una breve revisión de la literatura discute el concepto de resiliencia, desde su concepción hasta su reciente popularización en el ambiente político, el discurso académico y en los medios de comunicación. Es un esfuerzo por contextualizar la reproducción del espacio urbano y el papel de los agentes de desarrollo espacial en el área central de la ciudad. Confirma la importancia de las políticas públicas para garantizar resiliencia urbana, que en última instancia, es esencial para la sostenibilidad y calidad de vida.

Palabras clave: Resiliencia. Zona central. Chapecó-SC.

1 Introdução

O espaço urbano reflete as características da sociedade (CORRÊA, 1997) e, apresenta-se em constante transformação para atender à reprodução do capital, o qual indica os diferentes modos de ocupação do espaço (CARLOS, 1994). Por meio dos processos sociais, produzem uma complexa organização espacial, onde os diferentes usos encontram-se articulados pelos fluxos materiais e imateriais.

Conforme destacado por autores como Cachinho (1994), Salgueiro, (1995), Corrêa (2000) entre outros, o comércio, enquanto parte integrante da organização espacial, aparece como um dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento e transformações da estrutura do espaço urbano. Na medida em que muda a dinâmica das atividades comerciais, também são alteradas as diferentes áreas da cidade e, conforme destacado por Lima Filho (1975), o comércio varejista afeta a dinâmica urbana e as características do tecido da cidade, imprimindo formas, funções, desenvolvimento, e até mesmo a estagnação de determinados espaços.

Originalmente, o comércio remete ao centro da cidade, pois desde a antiguidade os mercados e as feiras foram instalados nos lugares centrais, onde se localizava além do mercado as instituições religiosas, políticas e culturais. Esta área que, de modo geral, representa a célula originária do tecido urbano, exerce papel fundamental na estrutura territorial urbana e é capaz de congrega, simultaneamente, as áreas mais ativas (reveladas em certo grau de evolução e dinamismo) e sua face contraditória, porções com certa inatividade (representadas pelos fatores de inércia), criando paisagens e condições próprias de cada etapa da evolução urbana. Ela configura-se em um conjunto complexo de aspectos diferenciados, resultante da atuação de forças interdependentes, próprias da dinâmica e dos processos de (re)estruturação urbana, conforme assegura Santos (1958).

Segundo Corrêa (1997) a área central é um produto da economia de mercado, levada ao extremo pelo capitalismo industrial. Em outras palavras, representa a espacialização das inovações que apareceram naquela época, segundo uma tendência geral do modo de produção capitalista de produção (a concentração) que, por conseguinte, resulta no espaço de maior acessibilidade, valor e competição pelo uso da cidade. Enquanto o centro era essencialmente o local do comércio e das

classes de alto poder aquisitivo, os bairros operários eram locais de moradia dos trabalhadores, localizados próximos das fábricas e com as atividades comerciais incipientes. Posteriormente, as inovações tanto nas técnicas de comercialização como em outras instâncias da sociedade, como a difusão do uso do automóvel particular, permitiram a expansão do comércio para diversas porções da cidade. Surgem as novas centralidades de comércio e serviços, como os subcentros e os shopping centers, bem como ocorre a tendência de deslocamento ou mesmo surgimento em regiões não centrais das atividades de administração pública, como os centros administrativos.

Nesta conjuntura de transformações desencadeadas pela reestruturação urbana, intensificadas nomeadamente pela globalização, a resiliência segundo Pacheco (2012) em termos de capacidade de adaptar e produzir em contextos de mudanças ou impactos diretos na economia urbana, na imagem da cidade e no comportamento dos cidadãos, assume particular relevância para as cidades, especialmente para as suas áreas centrais. Nestas áreas, destaca-se a importância da resiliência das atividades de comércio e serviços, afinal são atividades tipicamente centrais, sendo que como destacam Salgueiro; Erkip (2014) sua preservação equilibrada em diversas instalações e ambientes comerciais capazes de responder de forma eficiente às necessidades e desejos dos diferentes tipos de consumidores tem grande importância para sustentabilidade urbana. Os autores ressaltam ainda que as atividades de comércio são essenciais à habitabilidade do bairro, que por sua vez, consistem em uma dimensão da sustentabilidade. Atividades de comércio e serviços vivas e dinâmicas reforçam os laços comunitários e de coesão, bem como aumenta a qualidade de vida. Sendo que tal vitalidade só pode ser sustentada através da resiliência dos diferentes varejistas e a diversidade de oferta local, incluindo produtos e serviços (SALGUEIRO; ERKIP, 2014).

Logo, inserem na resiliência diferentes ações de renovação urbana e recuperação econômica, que objetivam a transformação das áreas centrais, exemplificadas por melhorias na estrutura física dos espaços dos públicos para o convívio social e para os deslocamentos, melhoria da acessibilidade e dos sistemas de transporte, investimentos privados com vistas à renovação dos edifícios e das empresas, além de ações de marketing para a divulgação da área central.

Nesta perspectiva, a cidade de Chapecó, localizada na região oeste do estado de Santa Catarina-BR, caracterizada com cidade média e que possui importante influência regional, destaca-se pelo seu dinamismo urbano. Dentre as transformações recentes ocorridas no seu espaço intraurbano, destacamos a criação novas centralidades, o que vem desencadeando o processo de reestruturação urbana. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica intraurbana e as transformações empreendidas na área central de Chapecó-SC sob o viés da resiliência urbana.

Para o alcance do objetivo proposto, a metodologia utilizada na pesquisa consistiu em uma revisão de literatura dos principais estudos que tratam da temática, associada a pesquisas documentais e levantamento de dados secundários, além de trabalhos de campo para a observação in loco da realidade. Espera-se que a partir deste estudo, possa contribuir para com as discussões sobre as tendências para a reprodução do espaço urbano, considerando a necessidade de políticas públicas que assegurem a resiliência das cidades, nomeadamente das áreas centrais, com vistas ao alcance de cidades mais sustentáveis que garantam a qualidade de vida de seus habitantes.

2 Resiliência: um conceito pertinente às cidades, especialmente às áreas centrais

Na contemporaneidade, com as intensas mudanças nas/das cidades ganha destaque o conceito de resiliência, utilizado em várias discussões e em projetos para o desenvolvimento urbano. Conceito que, como destaca a unhabitat (2014) se utilizado de forma coerente e integral, pode reduzir as inequidades sociais, econômicas e ambientais nas cidades. Pois, segundo Gonçalves (2014, p.107) com base em Fiksel (2006), cidades resilientes congregam componentes naturais e socioeconômicos em configurações que lhes permitam sobreviver, adaptar-se e progredir, mesmo em cenários de incerteza e de disrupção, cuja natureza e extensão se desconheça.

O conceito de resiliência associa-se a termos latinos como “resilire” ou “resilio”, que significam retomar um ponto de partida, saltar para trás, recuperar, recuar (“bouce”, ou “bouncing back”). Sendo que no decorrer dos anos o conceito foi utilizado por diferentes áreas do conhecimento, inclusive mais recentemente pelas ciências sociais, como na economia com Batabyal (1998) e na geografia com Adger (2000), onde constatam que a presença do fator humano implica em maior complexidade. Na figura 01 é representada a esquemática da evolução da utilização do termo resiliência. (GONÇALVES, 2014).

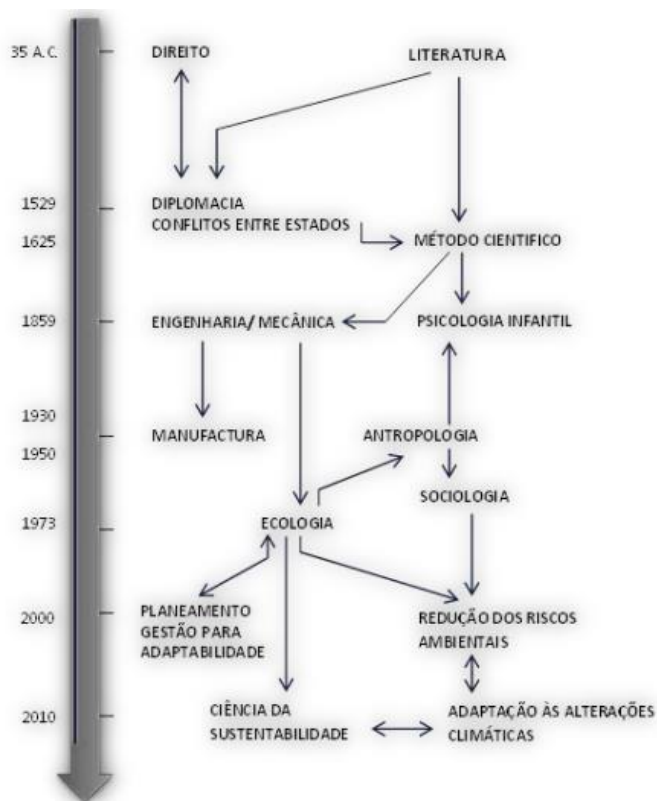


Figura 01: Esquema da evolução da utilização do termo resiliência.

Fonte: Gonçalves, 2014, p. 115.

No âmbito dos estudos urbanos a resiliência ganhou destaque na segunda década dos anos 2000, momento marcado por várias mudanças na sociedade capitalista e em consequência, sobretudo das crises macroeconômicas. Ilustra a

relevância do tema, por exemplo, o fato deste ter sido reservado ao volume 17 do *Critical Planning*, um jornal bastante conhecido do Departamento de Planejamento Urbano da UCLA, lançado no verão de 2010. Conforme o *Critical Planning* (2010, s/p, tradução nossa)

O conceito de resiliência é definido como a 'medida da persistência dos sistemas e de sua capacidade em absorver mudanças e perturbações e ainda manter as mesmas relações entre populações ou variáveis de estado' (Holling, 1973). Um sistema resiliente é formado pela interação dinâmica entre forças determinísticas e eventos aleatórios, fatores estruturais e a ação humana, caminhos lineares e contingência. Tal heterogeneidade e variabilidade permitem aos sistemas resilientes absorver choques imprevistos, continuamente se adaptando e evoluindo de forma a resistir ao colapso.

Desde então a proeminência da resiliência tem sido crescente em diferentes meios – mídia, discursos políticos, espaços acadêmicos e em cúpulas/documentos de organismos internacionais – como na Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, que entre seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, são vislumbrados a sustentabilidade e resiliência, explicitamente destacada na meta 9: “desenvolver infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusivo e sustentável e promover a inovação” (UN, 2015).

Cabe destacar ainda que a resiliência pode ser abordada de modo mais abrangente, considerando todos os tipos de choque, incluindo os de natureza ainda desconhecida e internalizam as repercussões nas diferentes escalas (resiliência geral) ou pela desagregação de componentes, seja um tipo específico de bloqueio e/ou numa secção concreta de um ciclo ou de um território (resiliência específica) (Folke et al., 2010 apud Gonçalves, 2014). Logo, pelo viés da resiliência específica há a independência de cada um dos sub-sistemas ou componentes (infraestruturas, sistemas de varejo, sistemas escolares, etc.), bem como não há sincronização em seus ciclos (SALGUEIRO, 2009; PERRINGS, 2006 apud FERNANDES; CHAMUSCA, 2012).

Existem diversos significados para resiliência de acordo com a área considerada, porém destaca-se a perspectiva do conceito derivado da ecologia, nomeadamente pelo biólogo canadense Crawford Stanley Holling em seu trabalho “resilience and stability of ecological systems”. Tal definição de resiliência da década de 1960/1970, fundamentada na ecologia, tem sido adotada pela sociologia, pela economia, ciência política etc. (GONÇALVES, 2014). Atualmente, o conceito é por vezes utilizado lado a lado e/ou como normativo para se atingir a sustentabilidade e/ou ainda em substituição ao conceito de sustentabilidade, por ser mais abrangente, flexível, evocador e enérgico do que este. Contudo, como reconhece a unhabitat (2014, s/p) a resiliência é “tanto un protector de los beneficios del desarrollo, como un conducto para el desarrollo sostenible”.

No quadro 01, sintetizou-se algumas definições de resiliência segundo diferentes perspectivas inerentes à dinâmica intraurbana.

Quadro 01: Síntese de algumas definições de resiliência

Resiliência	Abrange princípios físicos relativos à velocidade do retorno à normalidade e manutenção de eficiência de objetos. É o processo de adaptação a situações que mudam constantemente (SALGUEIRO, 2011).
-------------	---

Abordagem ecológica	Remete ao tempo de resistência a situações externas sem perdas no modo de funcionamento. [...] Envolve volatilidade, flexibilidade e descentralização (PACHECO, 2012).
Perspectiva humana da resiliência	Definida como a capacidade humana de ajustar-se, resistir e se recuperar das adversidades. Ter aptidão para lidar com os avatares do dia a dia (ROJAS, 2011). A capacidade que grupos ou comunidades manifestam para lidar com tensões e distúrbios externos, resultantes de mudanças sociais, políticas e ambientais (ADGER, 2000).
Resiliência urbana	A medida em que as cidades são capazes de resistir a mudanças antes de reorganizar completamente (Organização das Cidades Patrimônio Mundial, 2015). Corresponde a uma rede sustentável de sistemas físicos (os edifícios, infraestruturas, sistemas naturais são o corpo da cidade, os seus ossos, artérias, músculos e de comunidades humanas (agências, organizações, empresas, grupos de interesses etc, são o cérebro da cidade, direcionando as suas atividades, respondendo às suas necessidades e aprendendo com as suas experiências (GODSCHALK, 2003).
Perspectiva das atividades de comércio	Habilidade de enfrentar situações críticas por meio de ações que tendem a recolocar a funcionalidade de serviços individuais ou uma área comercial (SALGUEIRO, 2011). Habilidade de diferentes tipos de comércio varejista, em diferentes escalas, para adaptar-se a mudanças, crises ou impactos mudando o sistema de equilíbrio, sem perder a performance de suas funções de uma maneira sustentável (KÄRRHOLM et al. 2011 definição do projeto REPLACIS – Retail Planning for Cities Sustainability) ¹ . Consiste na decisão de planejadores e técnicos de trabalhar em parceria com consumidores/usuários, na superação de vulnerabilidades: avaliar a dinâmica das mudanças, minimizar as negatividades e desenvolver resiliência em áreas comerciais, diversificando bens e serviços (PACHECO, 2012).
Resiliência econômica	Probabilidade de transição entre os estados, como função do balanço entre atividades de produção e padrões de consumo, condicionada pela ação dos decisores (BROCK et al. 2002). Não é uma característica estática, pelo contrário, configura um processo dinâmico, influenciado, quer por choques de grande impacto, quer por tensões constantes que forcem alterações estruturais e mudanças incrementais permanentes

¹ REPLACIS – Retail Planning for Cities Sustainability, projeto realizado em parceria entre universidades de Portugal (Lisboa e Porto), França (Angers), Suécia (Malmö) e Turquia (Ankara) com vistas à compreender o papel desempenhado pelo consumo na produção de novos desenvolvimentos urbanos e comparar o nível de resiliência de diferentes áreas de varejo urbanas utilizando um conjunto de indicadores.

	(MARTIN, 2011).
Sistemas resilientes	São aqueles que suportam uma grande quantidade de estresse antes de mudarem a um novo estado (MADDOX, s/d).

Fonte: Organizado a partir de Pacheco (2012) e Gonçalves (2014).

A vulnerabilidade é outro conceito intrinsecamente relacionado com a resiliência, tidos como os dois lados da mesma moeda, já que a redução da resiliência leva ao aumento da vulnerabilidade e vice-versa. Mas, ao mesmo tempo são noções diferentes. Como explica Gonçalves (2014, p.199) com base em Seeliger e Turok (2013)

Estes dois conceitos derivam de diferentes origens, pelo que sustentam significados próprios. Resiliência congrega a natureza da capacidade de resposta do sistema, mais baseada na elasticidade (permite recuperar face a uma crise), flexibilidade (permanência de funções chave, do sistema urbano em contexto de crise) e transformação (deslocação para um modelo diferente sempre que se afigure necessário). Vulnerabilidade associa-se à noção de suscetibilidade do sistema (caracteriza o seu estado), ou de qualquer um dos seus constituintes, a pressões externas nocivas.

Dentre os setores chave para alcançar a resiliência em áreas urbanas estão: socioeconômico, demográfico, ambiental e espacial. Com destaque para temas como: água e saneamento, segurança alimentar, empoderamento e compromisso dos jovens, habitação, infraestrutura e transporte (UNHABITAT, 2014). Além de estar relacionado também à estrutura comercial, nomeadamente com foco nas áreas centrais e em seu típico comércio varejista tradicional, que segundo Pacheco (2012, p. 460) “ora sucumbem aos imperativos empresariais ora reagem às dificuldades de adaptação às condições hegemônicas capitalistas”. Portanto, com base em Pacheco (2011) e Guimarães et al., (2011), Pacheco (2012, p. 466) destaca que a resiliência em áreas comerciais “implica mudança, adaptação e melhoria do comércio; manutenção de status, admitindo novos formatos, até mesmo os shoppings verticais ou shoppings centers e diferentes ramos de atividade”.

Na perspectiva de que a resiliência é uma construção contínua, sempre passível de melhoria e com capacidade de mudar constantemente independente de que ocorram (ou não) choques, destacam-se as noções de resiliência socioambiental, resiliência de sistemas adaptativos complexos, ou resiliência evolutiva. Gonçalves (2014) destaca que a adoção deste paradigma na gestão dos recursos (e dos territórios) viabiliza tanto a conceptualização, como o desenvolvimento de instrumentos para a sustentabilidade urbana, amarrando as suas trajetórias de desenvolvimento a perspectivas de longo prazo que dão primazia à aprendizagem contínua (inovação) adaptação incremental e transformabilidade.

Estudiosos como David Maddox² e organismos internacionais como as Nações Unidas³ têm destacado pontos essenciais para a preparação ao alcance uma cidade

²Maddox elaborou seis desafios em torno da tríade: sustentabilidade + resistência + habitabilidade, a saber: 1- Considerar os conceitos de resistência, sustentabilidade e habitabilidade mais além do aspecto metafórico, isto é, pensar sobre a implementação. 2- Reconhecer e lidar com as diferenças entre a resiliência, a restauração e a resistência. 3- As comunidades e os movimentos sociais que incluem e se dedicam as pessoas dos locais em que se desenvolvem podem contribuir? 4- Criar mosaicos de comunidade e elementos de design que em conjunto somem “resistência +

resiliente: além dos programas e medidas de prevenção, redução e mitigação de riscos e da capacidade de regeneração por meio de Planejamento e Gestão Urbana eficientes, tem especial importância para a resiliência urbana, segundo Helm (2013), a infraestrutura verde, tanto a construída como a natural, absorvem água, acalmam as ondas, moderam o vento e o calor, e se recuperam. Como ressalta a autora, especialmente no caso das cidades em que os recursos para as intervenções são mais escassos, as condições naturais tem papel ainda maior à resiliência, no sentido de absorver os choques e em algum momento voltar ao seu estado original.

Também é importante a aprendizagem, a partilha de conhecimento e a conscientização da população. Afinal, os atores sociais têm por direito o poder para participar do planejamento e de solucionar desafios cotidianos, como no trânsito e transporte (priorizando e respeitando os pedestres e ciclistas); nos problemas ambientais (pela redução das poluições seja pela diminuição dos resíduos, pela reciclagem ou pelo racionamento do uso de recursos naturais); questões humanitárias (pela adesão às ações para melhoria da qualidade de vida, para reconstruções ou restaurações de sistemas; pelo compartilhamento de conhecimento tradicional transmitindo-o às gerações futuras, e solidariedade e fortalecimento das comunidades após catástrofes, entre outros. Tais comportamentos podem assegurar a resiliência social. Contudo, para que de fato ocorra o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos são imprescindíveis o conhecimento e conscientização. Assim, como destaca Gonçalves (2014, p.101),

O modelo de mitigação visa reduzir a exposição, preparando o território para conviver, de modo menos conflituoso, com os elementos que os torna vulneráveis, articulando os objetivos, mobilizando os recursos necessários e projetando processos de adaptação de longo prazo. Conjugando a capacidade de resposta imediata com atuações direcionadas para a reabilitação de longo prazo (que permitam a recuperação das condições socioeconômicas), são aspectos que orientam a construção de resiliência. A capacidade de recuperação das estruturas familiares, de um bairro, ou de uma cidade, está conectada com a dinâmica social e econômica e com a densidade de relações que permitem retomar a trajetória antecedente, ou seja, voltar “ao normal”.

Evoluem a forma de compreensão da cidade, os anseios para o futuro das mesmas e os conceitos que deem conta das novas concepções. Logo, conforme destaca Helm (2013) com base em David Maddox, atualmente a maioria das pessoas deseja viver e para o futuro cidades que sejam: sustentáveis, equilibrando o consumo e insumos deixando uma marca positiva no futuro; resistentes, perdurando aos fenômenos socioambientais em todo o mundo ao longo dos anos; e por fim habitáveis que presem pelo bem-estar social. Ou seja, deseja-se cidades que se fundamentam no conceito de resiliência para assegurar a qualidade de vida.

Nesta perspectiva socioambiental a resiliência abarca, portanto, a capacidade das cidades de gerir as crises decorrentes de distúrbios de origem ambiental/natural e humana (econômica, política, espacial – como esvaziamento demográfico e funcional de territórios etc) com vistas a manutenção da trajetória de

sustentabilidade + habitabilidade”? 5- O que se tem a dizer sobre outros tipos de cidades? 6- Pode-se criar uma definição unificada de resistência + sustentabilidade + habitabilidade?

³ O Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR), por meio do manual “Cómo desarrollar ciudades más resilientes: Un Manual para líderes de los gobiernos locales” apresenta tem uma lista de 10 prioridades e como executá-las para o aumento da resiliência das cidades (<http://www.eird.org/camp-10-15/>).

desenvolvimento previamente vislumbrada. Neste contexto, com base na Comissão Europeia, Gonçalves (2014), considerando o estágio de preparação, aponta três cenários distintos passíveis aos sistemas socioambientais após um episódio de crise, a saber: uma de declínio, uma que acentue gradualmente o declínio; e, uma terceira onde se recupera o percurso de ganho incremental, conforme a figura 02.

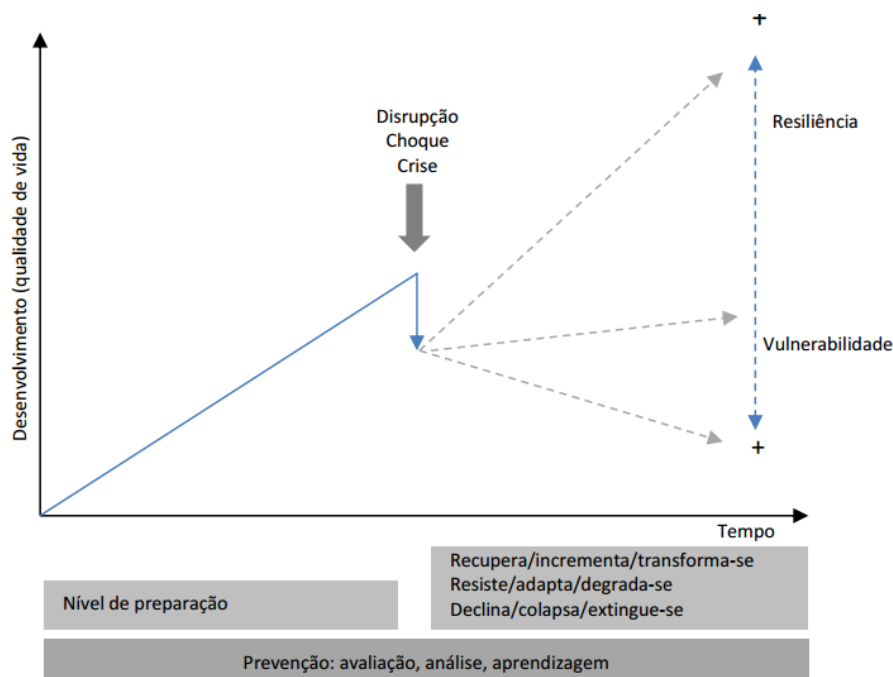


Figura 02: Trajetos de desenvolvimento (pela resiliência, resistência, vulnerabilidade).

Fonte: European Commission, 2012, adaptado por Gonçalves, 2014, p. 154.

Frente às várias e intensas transformações em curso no contexto atual, considerando o nível das cidades, podemos destacar o processo de reestruturação urbana e seus impactos na dinâmica econômica e social da cidade. Diante desse processo, conforme destaca Pacheco (2012), tornam-se importantes a habilidade e capacidade em absorver choques e imprevistos, assegurados pela criação de agendas e intervenções nas políticas urbanas por parcerias entre diferentes atores – como planejadores e administração pública da cidade, comerciantes, investidores e consumidores – de modo a minimizar as negatividades e maximizar as condições ótimas de recuperação do ambiente comercial urbano. Nas áreas centrais podem ser decisivos para sua resiliência a combinação de diversos tempos sociais expressos nas formas comerciais, como comércio varejista tradicional e obsoleto, mas também muitos comércios que se renovam e outros que se instalam em condições de modernização. Segundo a autora:

Resiliência de lugares centrais pressupõe conexão sincrônica entre atores envolvidos em processos de requalificação/revitalização/reapropriação em diversas partes da cidade, impedindo o efeito de opacidade de áreas antigas ao respeitar a complementaridade (funcionalidade) e a diversidade (sociabilidade) desejadas para a cidade, em sua combinação de diferenças desejáveis (GASNIER et al., 2011; JACOBS, 2000) e respeitando as centralidades de antes. Portanto, é um processo que se materializa na interseção de diversas ações em diferentes escalas. Na área comercial implica exatamente diversidade de preços, consumidores e de horas de

funcionamento (GASNIER et al., 2011), constituindo um sistema comercial (GUIMARÃES et al., 2011). (PACHECO, 2012, p.464).

Assim, considerando que o tempo, o espaço e o contexto social são imprescindíveis à compreensão de determinada resiliência em relação à algum fator, a seguir busca-se tecer algumas considerações sobre o desenvolvimento urbano de Chapecó-SC com vistas a compreender as interferências das transformações socioespaciais na resiliência da área central enquanto importante centralidade da cidade.

3 Apontamentos sobre a formação e dinâmica do espaço urbano de Chapecó-SC e sua área central

O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza sua existência, explica sua organização e justifica muito do movimento e animação que nesta acontece. Por meio do comércio e dos lugares onde este se exerce, as pessoas satisfazem suas necessidades, realizam desejos, veicula-se informação, difundem-se inovações, criam-se laços de sociabilidade. Em suma, no comércio reside o verdadeiro embrião da vida urbana naquilo que esta pressupõe de interação, de troca, em sentido lato e de produção de inovação (SALGUEIRO, CACHINHO, 2009).

O que os autores destacam neste trecho, é que não é possível pensar a cidade sem sua relação com o comércio. Nessa conjuntura, torna-se importante analisarmos, mesmo que brevemente, a origem da cidade de Chapecó e a formação da área central, ou seja, compreender como “o ponto” onde iniciam-se as atividades de troca torna-se centro da cidade e a partir dele, é possível observar a expansão territorial urbana.

A gênese da cidade de Chapecó, e conseqüentemente sua área central, data da década de 1930, quando a colonização do município ainda estava por conta das empresas colonizadoras, que a partir dos anos 1920 começaram a ocupação da região oeste do estado, trazendo famílias migrantes do Rio Grande do Sul, em grande parte descendentes de italianos e alemães (ALBA, 2002). Nesse primeiro momento de colonização, ressalta Alba (2002), a cidade não passava de uma pequena vila, onde sua função estava restrita apenas ao atendimento das necessidades imediatas da população, que se encontrava muito dispersa.

No ano de 1931, quando a vila Passo dos Índios (Chapecó) foi transformada na sede do município, de acordo com Facco et al. (2014, p. 193), houve a primeira iniciativa de planejar o espaço urbano da cidade com foco no traçado das ruas, famoso por possuir o traçado de malha urbana ortogonal como demonstra a Figura 03: “as ruas foram organizadas e projetadas com um traçado largo, longo e retilíneo, já pensadas para um crescimento futuro”. Conforme Alba (2002), as atividades localizadas nessa área não iam muito além de residências e de comércios de produtos de primeira necessidade, haviam casas de secos e molhados onde os agricultores vendiam os seus excedentes e compravam o que necessitavam para o consumo próprio. Apesar de um local incipiente, era o ponto onde as trocas eram realizadas, em função da concentração das atividades comerciais e de gestão.

A partir da década de 1950, o setor agroindustrial passou a se destacar no município, como resultado da acumulação de capital de alguns comerciantes que realizavam trocas comerciais entre os produtores rurais e o mercado consumidor

proveniente não somente do estado, mas de outras regiões do país (PERTILE, 2008). Nessa mesma época, com o impulso econômico dados pelas agroindústrias, mudanças significativas começaram a ocorrer no espaço urbano de Chapecó, a começar por seu aumento populacional, que em 1940 era de 44.237 habitantes e em 1950, 96.604 habitantes, representando um aumento de 117,93%, principalmente em função do incremento de atividades industriais ligadas ao desenvolvimento de frigoríficos, que, segundo Pertile (2007), se destacaram como os principais agentes produtores do espaço urbano de Chapecó e também do espaço agrário de seu entorno e dos diversos municípios do oeste catarinense.

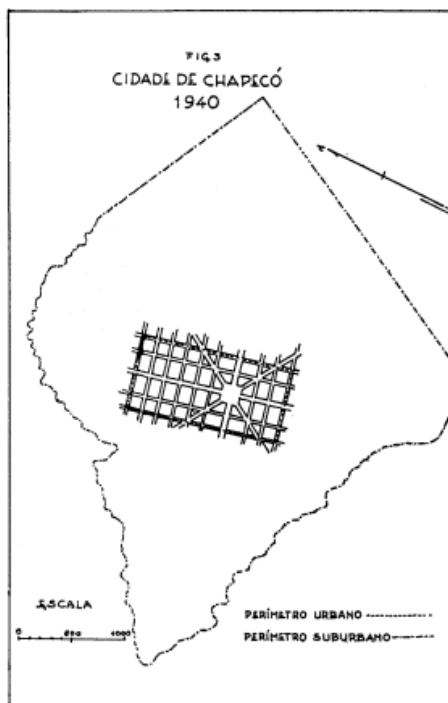


Figura 03: A cidade de Chapecó em 1940

Fonte: Peluso Júnior, 1991, p. 309

As atividades comerciais e de serviços que, conforme Peluso Júnior (1991), surgiram de imediato para atender às demandas da clientela rural, no decorrer do processo de crescimento urbano foram ampliadas visando atender às novas demandas. Dessa forma, na década de 1950 a cidade já contava com hotéis, casas comerciais, advogados, dentistas, escolas primárias e secundárias, agência postal-telegráfica, estação de rádio emissora, hospital, maternidade, serviços estaduais de saúde e agências bancárias.

Em 1960, o município já apresentava importante participação comercial em Santa Catarina e principalmente na região oeste. Com o aumento do consumo interno e a criação de infraestrutura que capacitou o desenvolvimento das agroindústrias, outras atividades econômicas foram criadas para produzir os insumos básicos para suprir as demandas desses complexos agroindustriais, bem como para atender ao mercado de maneira geral. Essa dinâmica acentuou-se a partir da década de 80, quando as empresas passaram a incorporar o processo de desverticalização empresarial, o que repercutiu diretamente no desenvolvimento de novas empresas (ALBA, 2002). Nesse sentido, houve um aumento da mão de obra

qualificada no município, formando um mercado consumidor que exigia novas atividades no tocante ao consumo.

A ampliação dos equipamentos funcionais na cidade de Chapecó destacaram ainda mais a importância da cidade, que com o seu crescimento, tornou-se mais exigente: “não são apenas os bens e serviços que ficaram mais sofisticados, visto que a própria cidade exige maiores cuidados” (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 307). Dessa forma, o espaço urbano, analisa o autor, que em 1940 contava com apenas quinze ruas, passou, na década de 80, a contar com 236 ruas, a praça central foi ajardinada, dotada de monumento, além da criação de outras praças, as ruas foram substituídas por um sistema viário asfaltado, com meio-fio e passeio. A cidade de Chapecó, portanto, cresceu significativamente nesse período, com grandes melhorias.

O aumento da população e o notável desenvolvimento posterior dos serviços, particularmente a partir da década de 1970, reforçaram a centralidade de Chapecó, como ressalta estudo feito por Peluso Júnior (1991), que mostra que em 1970 a cidade contava com 355 estabelecimentos de comércio varejista, em contrapartida aos 158 da cidade de São Miguel do Oeste, segunda cidade em números de estabelecimentos varejistas, dentre os cinco municípios mais representativos no período, e 244 estabelecimentos de prestações de serviços em contraponto aos 98 de São Miguel do Oeste.

O comércio nessa época já se encontrava bem diversificado e as casas comerciais existentes buscavam estar atentas às demandas da população, oferecendo produtos diferenciados além de linhas de crédito para incentivar o consumo.

Nas décadas de 1980 e 1990, o que ganha destaque na economia de Chapecó é a expansão da atividade agroindustrial, exemplificada pela centralização de capitais, sua adaptação à economia mundializada e a automação da produção, o que ocasionou, entre outros fatores, o aumento da oferta de cursos técnicos e superiores voltados a qualificação da mão de obra para a industriais (ALBA, 2002). Além disso, com as novas regulamentações da produção impostas pela agroindústria aos produtores rurais, há também um aumento na migração campo-cidade, e os urbanos passam de 41,09% em 1970 a um total de 78,63% dos habitantes vivendo na cidade, o que teve respaldo também na ampliação do tecido urbano.

Reunindo condições favoráveis para o desenvolvimento do capital, quatro grandes redes instalaram-se na área central do município a partir de 2000, três delas (Casas Bahia, Magazine Luiza e Ponto Frio) presentes em todas as regiões brasileiras, e a loja HAVAN, um loja de departamento regional presente – no ano de sua implantação – nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A entrada significativa dessas lojas na cidade, segundo Gretzler e Alba (2009), acabaram por repercutir em um maior fluxo de pessoas e de mercadorias, reforçando o papel centralizador de Chapecó.

A reorganização da cidade, principalmente nas relações socioeconômicas pôde ser verificada, segundo Gretzler e Alba (2009), através dos novos horários de funcionamento das lojas, da valorização do espaço urbano, das melhorias na área central e nas fachadas das lojas locais, além do maior fluxo de pessoas na cidade, que passaram a movimentar outros ramos de atividades e serviços da cidade, como restaurantes, hotéis, supermercados, postos de combustíveis, entre outros, presentes na área central. Além do comércio, ressaltam as autoras, outro fator que

gera centralidade no local são os serviços ofertados na cidade, como serviços de saúde, educação superior, o setor agroindustrial e construção civil, que movimentam e dinamizam ainda mais espaço urbano de Chapecó.

A loja HAVAN, dessa forma, foi o primeiro grande passo para a reestruturação da cidade, que veio ganhando em dinamicidade e a se destacar ainda mais a partir do ano de 2009, com o anúncio da construção de um shopping center na cidade, instalado em 2011. As transformações que permitem a interpretação do processo de reestruturação começam pela localização desse equipamento na cidade, afastado do centro tradicional. Dessa forma, tem-se dois impactos imediatos. O primeiro refere-se à criação de uma nova forma urbana, um subcentro, na cidade. Este é o impacto imediato e mais perceptível na morfologia urbana. Porém, destaca-se que a morfologia urbana não é apenas a forma, mas também o conteúdo, sendo o shopping center a expressão de transformações nos conteúdos desta nova área central, pois sua localização afastada do centro principal favorece um público específico, aquele que possui maiores condições de mobilidade, principalmente via transporte automotivo. Além disso, como afirma Montessoro (2001), essa redefinição da centralidade, ocasionada pela implantação de um equipamento como um shopping center, provoca e revela mudanças na reestruturação da cidade, uma vez que há modificações no crescimento do tecido urbano, com novas articulações espaciais.

A implantação desse equipamento gerou indicativos de um novo momento na estruturação urbana. Considerando o poder que o shopping possui de criar uma centralidade, e sendo alocado distante do centro, levou a uma transformação na cidade de forma geral, mudando os conceitos de próximo e distante, como analisa Montessoro (2001), e o comércio de rua, juntamente com o centro tradicional deixam de ser os únicos propiciadores de circulação na cidade.

A instalação desse equipamento na cidade acabaria por transformar a dinâmica do espaço chapecoense antes mesmo de sua implantação e, para além disso, sua efetivação estava associada ao discurso de reforçar ainda mais seu papel de pólo regional voltado ao comércio.

Desse modo, as áreas centrais da cidade representam não apenas um conjunto de produtos e serviços que atendem a lógica da reprodução capitalista, segundo Romero (2010), mas também são (re)definindo constantemente de acordo com as necessidades, essenciais no processo de reprodução da vida urbana, onde suas formas e conteúdos são adaptadas à essas necessidades. Ainda conforme o autor, a centralidade urbana, ou mesmo o centro tradicional propriamente dito, passa por novos processos em sua dinâmica de redefinição, permitindo a materialização de novos papéis que, por sua vez, estão ligados basicamente a três questões chave: a mudança nas relações de produção e trabalho, a ampliação e diversificação dos sistemas de mobilidade de bens, serviços e pessoas e as mudanças de padrões de consumo com a ampliação de mercados.

Quanto ao processo de reestruturação urbana, alavancado pela implantação do shopping center em Chapecó, podemos observar os impactos que resultaram nas alterações no espaço urbano de forma geral, implicado em transformações no entorno imediato do shopping com respaldo também no centro tradicional da cidade. Conforme anunciado por Debona (2011), a nova concorrência motivou os empresários que estão no centro da cidade a trabalharem na revitalização de seus espaços, e a prefeitura colaborou revigorando esse espaço, com investimentos na reforma dos canteiros centrais da Avenida Getúlio Vargas. Analisaremos, a seguir,

as medidas tomadas por projetos realizados na área central que remetem ao conceito de resiliência urbana.

4 Requalificação e resiliência na área central de Chapecó-SC

A reprodução do espaço urbano é condição e produto do processo de reprodução do capital. Durante as últimas décadas, temos testemunhado mudanças significativas no que se refere a organização das atividades comerciais e de serviços nas cidades de diferentes portes, exemplificadas por a organização espacial urbana e os desafios aos centros das cidades pela concorrência das modernas formas do comércio, especialmente os Shopping Centers, lojas de grande escala, eixos e áreas comerciais, mormente localizadas em áreas periféricas da cidade. Neste contexto, podemos observar também a ascensão da sociedade de consumo, que busca a satisfação das necessidades e desejos humanos, por vezes criados pela mídia. Nesta conjuntura podem decorrer diferentes cenários a partir da combinação de uma gama de fatores como a tecnologia, mobilidade, globalização e políticas públicas incorporados no espaço.

Tomados pelo novo padrão de mobilidade espacial, dentre outros fatores, como argumenta Villaça (2001), a partir dos anos 1970 a lógica da estruturação do espaço urbano das metrópoles brasileiras e posteriormente das cidades médias, tomou novas conotações: isso ocorreu, em grande medida, pela difusão dos interesses de locomoção pela classe média, que modelaram uma parte desse território, inclusive seus novos centros.

A mobilidade territorial libertou as pessoas da prisão, do peso do espaço. Para as famílias que conseguiram aumentá-la, ampliou-se o raio de ação dentro do qual podiam fazer uso do comércio e dos serviços [...]. Inversamente, as lojas – e obviamente os shopping centers – [...] aumentaram seu raio de ação em função da clientela motorizada (VILLAÇA, 2001, p. 208).

Salgueiro e Erikip (2014), destacam que alguns autores têm chamado as mudanças significativas que aconteceram no varejo urbano na última década de “revolução do varejo”, termo que faz referência a criação de lojas de grande escala geralmente localizadas fora da área central da cidade. Segundo os autores, uma das consequências observadas por esse novo padrão de localização da estrutura varejista é o declínio do centro da cidade e das funções do comércio de rua, haja visto que os novos empreendimentos tendem a desempenhar um papel central no modelo urbano de cidade difusa.

Os shoppings centers, de modo especial, representam uma nova expressão da centralidade na cidade, na medida em que neles são alocados um conjunto de estabelecimentos voltados ao comércio e aos serviços que otimizam a mesma concentração encontrada no centro. Entretanto, associam esta concentração a fatores como o mix de produtos, a acessibilidade pelo automóvel e a segurança. Definem-se, de acordo com Pintaudi (1992) como “ilhas de fantasias”, pois são criados para atender um público específico, e caracterizam-se “[...] por ser um local que atrai pessoas que se identificam de alguma maneira e, portanto, segregam principalmente em países como o nosso, contribuindo para fragilizar as relações sociais” (PINTAUDI, 1992, p. 43).

Diante dessas transformações, um dos possíveis cenários é o declínio de funções do centro/comércio de rua, e a simplificação da hierarquia intraurbana, em

função da diminuição ou desaparecimento de muitas lojas e níveis de conveniência e de vizinhança por causa da criação de novas centralidades em regiões periféricas. Mas, por outro lado, também é possível que os sistemas de venda a varejo modifiquem-se assegurando, ao mesmo tempo, a satisfação das necessidades dos consumidores e a sustentabilidade da cidade (SALGUEIRO, ERIKIP 2014).

Considerando a dinâmica da cidade de Chapecó, no ano de 2011, instalou-se na cidade o primeiro Shopping Center. A instalação desse equipamento implicou na complexificação da estrutura comercial intraurbana, refletindo em uma nova centralidade na cidade. A instalação do Shopping Pátio alterou não somente as intermediações de sua localização, distante da área central, mas também estimou os lojistas do centro da cidade a adotarem medidas visando a competitividade com essa nova centralidade. Tal como destacam Salgueiro e Erikip (2014), o aumento da competitividade leva os planejadores urbanos a adotarem medidas com base no lugar, combinando marketing e branding para fortalecer a associação entre varejo e lazer visando a regeneração de espaços em declínio, notadamente as áreas centrais.

Desse modo, o projeto Multi Centro Chapecó foi desenvolvido por meio do Projeto de Revitalização dos Espaços Comerciais, iniciativa do Sebrae/SC e da Fecomércio/SC, com a coordenação local do Sindicato do Comércio da Região de Chapecó (Sicom), e parcerias com a Câmara de Dirigentes Lojistas, Prefeitura Municipal de Chapecó, Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), Chapecó e Região Convention & Visitors Bureau, Sesc e Senac.

Lançado em julho de 2011, de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Chapecó (2015), o projeto foi direcionado às empresas de diversos segmentos do comércio varejista de rua e prestadores de serviços e consiste em ações desenvolvidas em parceria que atingem o ambiente externo – a exemplo das vias públicas – e interno – como as atividades buscam o aperfeiçoamento da gestão – com o objetivo de aumentar a atratividade e competitividade do comércio varejista de bens e serviços de rua nos territórios selecionados. No aspecto coletivo, visam a construção de referencial mercadológico do conjunto de empresas participantes.

O Multi Centro integra 40 empresas de diversos setores da Avenida Getúlio Vargas, Nereu Ramos, Fernando Machado, Marechal Deodoro e Marechal Bormann e adjacências. Conforme o site da ACIC, a iniciativa também tem como objetivo organizar o capital social local para buscar soluções ao desenvolvimento sustentável, promover o associativismo e o cooperativismo, agregar serviços complementares ao fornecimento de bens, ampliar a competitividade das empresas participantes e do setor, além de difundir a utilização de ferramentas e soluções no setor de comércio como diagnósticos, gestão de loja, vitrinismo, automação comercial, entre outros.

Entre as ações desenvolvidas por esse projeto, destaca-se a avaliação da satisfação do consumidor, realizada pela Fecomércio e publicada pelo Jornal Sul Brasil (2012). A pesquisa demonstrou que 88% dos entrevistados consideram o centro da cidade um lugar bom ou muito bom em relação à qualidade e variedade de produtos, além das outras opções de consumo.

O estudo demonstrou também que 69% dos entrevistados residem em bairros da cidade, e que circulam por essa área principalmente por trabalharem nas intermediações. Os entrevistados que estavam no local realizando compras ou à passeio relataram que a frequência com que circulam variam entre uma e duas vezes por semana.

Quanto à estrutura do comércio, para 58,4% dos inquiridos a qualidade no atendimento recebeu nota entre 8 e 10, enquanto 65,8% apontaram a beleza das lojas e vitrines na mesma proporção e variedade de produtos alcança a mesma média de pontos na opinião de 67,8% dos entrevistados. Em relação ao horário de funcionamento das lojas, 69,2% dos entrevistados consideram a flexibilidade de horários um dos atributos de maior ganho de competitividade às empresas, bem como de conveniência para o consumidor.

De tal modo, podemos destacar, através dos dados obtidos pela avaliação dos consumidores, que a área central de Chapecó após a efetivação do projeto, desempenha ainda um papel de destaque na estrutura urbana. Apesar da implantação de um novo equipamento comercial comprometer a primazia das atividades que até então não dispunham de concorrência à escala de um shopping center – que possui, em sua organização lojas âncoras e um mix de produtos de alto poder polarizador – a iniciativa dos comerciantes e prestadores de serviços locais, através do projeto Multi Centro, fez o comércio tradicional de rua adaptar-se e manter-se ativo diante dessa nova centralidade na cidade.

Isso denota, em um viés econômico, que a resiliência, apontada como não estática, mas sim dinâmica, foi vislumbrada pelos empresários locais como uma forma de adaptação do lugar e como prática para a manutenção da atratividade e competitividade do comércio de rua frente à instalação do shopping center na cidade.

Dentre os agentes empenhados na elaboração e execução do projeto, destacamos também o papel do Estado, o qual, segundo Pacheco (2012, p. 471), desempenha importante função na produção do espaço urbano, favorecendo a resiliência das áreas comerciais: “No conjunto de atribuições do Estado [...] encontra-se o apoio a iniciativas privadas no circuito das firmas comerciais varejistas, diante de crises que se instalam afetando o processo de desenvolvimento econômico de áreas urbanas”. Nesse sentido, diante das iniciativas propostas pelo projeto Multi Centro, a prefeitura municipal também colaborou com melhorias na área central da cidade.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2015), o projeto de revitalização foi apresentado ao público no dia 1 de outubro do ano de 2010, e as obras iniciaram em 5 de abril de 2011. O projeto, que inclui o melhoramento de 10 quadras da área central – da Rua Uruguai à Rua Sete de Setembro – foi concluído no mesmo ano.

Entre as premissas do projeto, destacam-se: criar uma identidade única para os canteiros centrais, através da padronização de pavimentação e mobiliário urbano; renovação da arborização e paisagismo; facilitar o fluxo de pessoas ao longo do canteiro central; melhorar o fluxo de veículos pelas vias; atrair a apropriação do espaço público pela comunidade; melhorar a identidade visual dos pontos de taxi.

Para isso, as ações tomadas foram: 1. O aumento na largura da via em 50 cm em cada sentido, para facilitar o fluxo de veículos; 2. substituição de toda a pavimentação existente dos canteiros centrais por paver de concreto com nova paginação de piso; 3. acréscimo de novo mobiliário urbano, tais como: bancos; lixeiras; vasos para flores; etc; 4. padronização dos pontos de taxi, tanto a edificação quanto o estacionamento de veículos, que passarão a ser paralelos ao canteiro; o aumento no número de vagas para motos no canteiro central, sendo agora o estacionamento no sentido oblíquo, de forma a dar mais segurança ao motociclista na hora de estacionar e sair; 5. remoção de árvores da espécie Legustro em todos os canteiros abrangidos pelo projeto, exceto em três deles, onde as novas espécies

ainda não estão com um grande porte;

6. novos canteiros com flores; 7. trabalho especial no canteiro central em frente à praça, onde serão plantadas 7 palmeiras imperiais já adultas com 10 metros de altura; 8. criação de espaços para monumentos onde a história de Chapecó poderá ser contada através de esculturas temáticas; 9. trabalho decorativo na base dos super postes; 10. melhoria da iluminação noturna através de postes baixos para suprir a sombra que as copas das árvores criam na iluminação pelos super postes e; 11. criação de estares para a comunidade chapecoense que poderá utilizar o espaço para o descanso e lazer (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2015).

Das ações previstas no projeto, todas elas foram concretizadas, como podemos observar na figura 04.



Figura 04: Requalificação da área central de Chapecó - 2014

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó e Trabalho de Campo realizados pelos autores (2015).

As ações desenvolvidas pela prefeitura na revitalização das calçadas e do canteiro central também demonstram a preocupação com a ocupação desses espaços. De acordo com o site da Prefeitura Municipal, um dos objetivos das reformas foi o de facilitar o fluxo de veículos e pessoas, com destaque para as regras de acessibilidade, além de transformar esses espaços em lugares de convivência para a população local.

Isso destacou ainda mais o lugar como um espaço não apenas voltado ao comércio e aos serviços, mas destinado também ao lazer, exemplificado pelo mobiliário urbano alocado nos canteiros centrais – como os bancos, que propiciam o conforto – e por ser um local visualmente atrativo, além da iluminação noturna, que associada aos bares e restaurantes, faz com o que o fluxo nesse local não seja restrito ao período diurno. Isso vai de encontro a ideia de associação entre compras e lazer, características do consumo atual presente nas grandes superfícies comerciais, como os shopping centers.

Em relação a sustentabilidade, destaca-se o projeto de arborização que propicia maior conforto térmico, e a colocação de lixeiras seletivas, haja visto que na cidade de Chapecó, os grandes containers destinados a coleta de lixo estão localizados nas ruas transversais à rua que contém o canteiro central.

Diante destas transformações, em que o centro urbano tornou-se resiliente em detrimento de uma nova centralidade na cidade, podemos verificar que essa área acompanhou o ritmo de comércio imposto pela instalação de um shopping center na cidade. Apesar da implantação do shopping ser recente, podemos evidenciar também que a instalação desse equipamento na cidade de Chapecó não evocou um processo de deteriorização do centro, mas ao contrário, reforçou ainda mais a centralidade por ele exercida, evidenciando também a condição de resiliência da área central.

5 Considerações Finais

Buscamos demonstrar, neste trabalho, a dinâmica intraurbana e as transformações empreendidas na área central de Chapecó sob o viés da resiliência urbana. Como pivô norteador da implantação de projetos de requalificação da área central, destacamos a implantação de uma nova centralidade na cidade.

Levando em consideração a atual conjuntura de uma sociedade urbanizada, globalizada e interligada, onde os desafios para a resiliência urbana perpassam pelo modelo de urbanização (in)sustentável e pelos conflitos e crises socioeconômicas presentes em grande parte das cidades do mundo, especialmente no hemisfério Sul, - contexto que exige abordagens mais sofisticadas, críticas, sistêmicas, interdisciplinares e inclusivas que considere holisticamente os princípios ecológicos e sociais - torna-se cada vez mais importante o desenvolvimento de projetos e políticas públicas que priorizem melhores condições no espaço urbano.

Diante das possibilidades de intervenção sob o viés da resiliência urbana, ressaltamos nesse estudo as adaptações nas atividades comerciais e de serviços, exemplificadas pela área central da cidade de Chapecó. Verificamos, assim, a origem da área central de Chapecó e a dinâmica que orientou o crescimento urbano. Influenciado pelo crescimento do tecido urbano e da criação de novas centralidades na cidade, a área central também passou por transformações, e apesar da tendência observada em muitas cidades da deteriorização da área central, ela continua a concentrar um grande número de atividades do comércio varejista e de serviços, e, por vezes, nos setores mais valorizados, as atividades de administração, gestão e financeiras, além de se manter como principal foco irradiador da cidade.

Apesar da nova concorrência dada pelo shopping center na cidade, demonstramos que os atores envolvidos na estruturação na área central – empresários e o Estado – buscaram desenvolver projetos para adaptar e manter o centro da cidade ativo, visando acompanhar o novo ritmo de comércio. Isso resultou num centro atrativo voltado não apenas ao comércio, mas também ao lazer.

6 Referências

ALBA, R. S. **Espaço Urbano**: Os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

CACHINHO, H. O comércio retalho na cidade de Lisboa: reestruturação econômica e dinâmicas territoriais. **Fenisterra**, Lisboa, v.29, n.57, p.119-144.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo, EDUSP, 1994.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. Comércio e Espaço: uma retrospectiva e algumas questões. **Textos LAGET- Série Pesquisa e Ensino**, Rio de Janeiro, n. 2, p.23-33, 2000.

CRITICAL PLANNING. Los Angeles: UCLA Urban Planning Journal, 2010. Disponível em: <<http://www.gsa.asucla.ucla.edu/briefing-room/news/2009-12-05/resilience-ucla-urban-planning-journal-critical-planning-call-papers-s>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

DEBONA, D. Primeiro shopping de Chapecó, no Oeste de SC é inaugurado nesta quarta-feira. **Diário Catarinense**, versão digital, 05 out. 2011

FACCO, J. et al. Agroindustrialização e urbanização de Chapecó-SC (1950 – 2010): uma visão sobre os impactos e conflitos urbanos e ambientais. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 187 - 215, jan/abr 2014.

FERNANDES, J. R. CHAMUSCA, C. Urban policies, planning and retail resilience. **Cities**. v. 36, p.170–177, 2014.

GONÇALVES, C. J. de A. **Resiliência, sustentabilidade e qualidade de vida em sistemas urbanos**: efeitos da crise (pós-2008) em Portugal e no sistema urbano do oeste.2014. 600f. Doutorado em Geografia - Planejamento Regional e Urbano. Universidade de Lisboa- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Lisboa, 2014.

GRETZLER, C. ; ALBA, R. S. . A entrada das grandes redes de lojas em Chapecó a partir do ano de 2000 e as repercussões na reorganização urbana da cidade. In: **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación, 2009.

HELM, J. As cidades que queremos: resistentes, sustentáveis e habitáveis. **ArchDaily Brasil**. 28 Jun 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/123765/as-cidades-que-queremos-resistentes-sustentaveis-e-habitaveis>>. Acesso em: 03 Set. 2015.

Jornal Sul Brasil, (2012), Um milhão de consumidores já passaram pelo Shopping Pátio Chapecó, 05 de abril, p. 10.

LIMA FILHO, A. de O. **Distribuição Espacial do Comércio Varejista da Grande São Paulo**. São Paulo: USP, 1975.

MONTESSORO, C. C. L. Presidente Prudente: a instalação dos shopping centers e a (re)estruturação da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Textos**

e contextos para a leitura de uma cidade média. Presidente Prudente: [s. n.], 2001

PACHECO, S. M. M. Resiliência Urbana e Comercial em Áreas Centrais. **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23, v. 2, 2º semestre de 2012, p. 459-478, 2012.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PERTILE, N. Espaço, técnica e tempo em Chapecó – SC. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; DORFMAN, Adriana. **Ensaio a partir de “A natureza do Espaço”.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 153 - 178.

PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina:** O processo de produção de carnes no oeste catarinense. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 322f. 2008.

PINTAUDI, S. M. O shopping center no Brasil: Condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR. H. (orgs) **Shopping centers: espaços, cultura e modernidade nas cidades brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Revitalização vai modernizar e humanizar Av. Getúlio Vargas.** Disponível em: <<http://www.chapeco.sc.gov.br/noticias/1520-revitalizacao-vai-modernizar-e-humanizar-av-getulio-vargas.html>> Acesso em 15 set. 2015.

ROMERO, H. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados – MS.** 175 F. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados. UFGD. 2010.

SALGUEIRO, T. B. **Do comércio a distribuição:** roteiro de uma mudança. Oeiras: Celta, Lisboa, 1995.

SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARREIRAS, C; PACHECO, S. M. M. (Orgs). **Cidade e comércio:** a rua na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das letras, 2009, p. 9-40.

SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. (Ed.) **Retail Planning for the Resilient City. Consumption and Urban Regeneration.** CEG, Lisboa. 2011.

SALGUEIRO, T. B.; ERKIP, F. Retail planning and urban resilience: An introduction to the special issue. **Cities**, v. 36, p.107–111, 2014.

SANTOS, M. **O Centro da Cidade do Salvador.** Salvador: Livraria Progresso, 1958.

SPOSITO, M. E. B. O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana. **Revista Geográfica**, n. 10. p. 1-18, São Paulo: UNESP, 1991.

UN. Nações Unidas. Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pos-2015. Disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/summit/>>. Acesso em: 15 Set. 2015.

UNHABITAT. Diálogo 5, Nota conceptual. Mejorando los Niveles de Resiliencia Urbana. 2014. Disponível em: <<http://wuf7.unhabitat.org/pdf/Dialogo-5.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 2001.